EDITAL DE LEILÃO

A Excelentíssima Senhora Doutora Juíza do Trabalho ANGELICA CANDIDO NOGARA SLOMP do NÚCLEO DE HASTAS PÚBLICAS DE CURITIBA/PR, FAZ SABER, a todos os interessados, que será realizado LEILÃO POR MEIO ELETRÔNICO pelo Leiloeiro Oficial PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, (Matrícula JUCEPAR N.º 12/048-L), no site https://www.nakakogueleiloes.com.br, para alienação do(s) bem(ns) abaixo descrito(s), a ser realizado nas seguintes datas:

1º Leilão - 22 de janeiro de 2026, a partir das 10:00 horas;

2º Leilão - 29 de janeiro de 2026, a partir das 10:00 horas.

Caso os leilões resultem negativos, desde logo ficam designados leilões para as seguintes datas:

1º Leilão - 19 de fevereiro de 2026, a partir das 10:00 horas;

2º Leilão - 26 de fevereiro de 2026, a partir das 10:00 horas.

R\$ 115.500.00

Total da Avaliação

Fixa-se o preço mínimo de venda em 50% do valor de avaliação de cada bem (ID.917e10b; ID.81d5c69 e ID.52b3107) para a venda em 2º Leilão. Cabe ao arrematante certificar-se acerca de eventuais requisitos e limitações estatutárias impostas pelo CLUBE CURITIBANO e JOCKEY CLUB DO PARANÁ, para fruição dos direitos outorgados pelos referidos títulos.

Autos nº.	0000128-02.2012.5.09.0009 - ATOrd
Vara	NUCLEO HASTAS PUBLICAS
Exequente (01)	JOÃO CARLOS KAZMIRSKI (CPF/CNPJ 016.392.499-66)
Adv. Exequente	Jair Aparecido Avansi (OAB/PR 18727) (dls. 723)
Executado (a) (01)	MASSA FALIDA DE ITSA INDUSTRIAS S/A (CNPJ 76.483.890/0001-00)
Adv. Executado	Leopoldo Hailton Duda (OAB/PR 44729); Marlus Jorge Domingos (OAB/PR
, lat. Excoalage	7756); Jorge Jose Domingos Neto (OAB/PR 23858); Carlos Eduardo
	Quadros Domingos (OAB/PR 45295)
Executado (a) (02)	ROBERTO ELOI TODESCHINI (CPF/CNPJ 001.664.219-87)
Executado (a) (03)	PEDRO ACHILES TODESCHINI (CPF/CNPJ 000.860.029-53)
Executado (a) (04)	JOAO TODESCHINI NETO (CPF/CNPJ 016.110.709-53)
Executado (a) (05)	ESPOLIO DE PLINIO AUGUSTO TODESCHINI (CPF 000.859.879-72)
Executado (a) (06)	JOSE EDUARDO TODESCHINI (CPF/CNPJ 000.861.009-63)
Executado (a) (07)	ROBERTO ELOI TODESCHINI (CPF/CNPJ 22.207.247/0001-16)
Depositário Fiel (1)	JOÃO TODESCHINI NETO ,
End. da Guarda (01)	Avenida Presidente Getúlio Vargas, 2857, Água Verde, Curitiba/PR
Depositário Fiel (2)	RENATA DE FÁTIMA FERRAZ (CPF:922.298.679-20)
End. da Guarda (02)	Avenida Victor Ferreira do Amaral, 2299, Tarumã, Curitiba/PR
Penhora realizada ´	16/12/2024 e 05/02/2025 (fls. 1056, 1061 e 1063)
Qualificação do(s) Bem	(01)
Título patrimonial que o executado João Todeschini Neto possui junto ao Clube Curitibano.	
	(02) R\$ 50.000,00
Título patrimonial categoria Sócio Ouro" do Jockey Club do Paraná pertencente a Plinio Augusto	
Todeschini	
Qualificação do(s) Bem (03) R\$ 50.000,00	
Título patrimonial categoria Sócio Ouro" do Jockey Club do Paraná pertencente a João Todeschini	
Neto	

- 1. O leilão será realizado exclusivamente em modo eletrônico (Resolução CNJ 236/2016), assegurada a possibilidade de apresentação prévia de lances e de propostas de aquisição em prestações pela internet com, no mínimo, 05 (cinco) dias de antecedência da data do leilão.
- 2. Por se tratar de leilão eletrônico, o período para realização da alienação eletrônica será definido e anunciado pelo leiloeiro no seu site. Ofertado lance nos 3 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial exclusivamente eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado

- em 3 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham a oportunidade de ofertar novos lances. (Resolução CNJ 236/2016, Art. 21).
- 3. Não será admitido sistema no qual os lances sejam realizados por correio eletrônico (e-mail) e posteriormente registrados no site do leiloeiro, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances. Nesse sentido, tampouco serão aceitas propostas condicionais após o término do leilão.
- 4. O período para a realização da alienação judicial eletrônica (art. 886, IV) terá sua duração definida pelo leiloeiro nomeado e anunciado em edital específico de leilão a ser publicado no site do leiloeiro com antecedência de 20 dias (art. 888 da CLT e 887, §2º do CPC).
- 5. Os interessados em participar do leilão deverão cadastrar-se previamente no site do leiloeiro (https://www.nakakogueleiloes.com.br), no prazo de 48 horas antes do leilão, para a respectiva homologação, o que implicará em aceitação das regras da Resolução CNJ 236/2016, assim como as demais condições estipuladas no edital.
- 6. Havendo arrematação, o leiloeiro lavrará e assinará de imediato o respectivo Auto de Arrematação, colhendo assinatura do arrematante, e o submeterá à apreciação e assinatura do Juiz, no prazo do art. 267 do Provimento Geral da Corregedoria Regional.
- 7. O lanço será recolhido à conta judicial vinculada ao processo em que se deu a arrematação (processo piloto ou de execução), dentro de 24 (vinte e quatro) horas da conclusão do leilão, por meio de guia de depósito judicial, sob as penas do § 4º do art. 888 da CLT. (art. 268 do Provimento Geral da Corregedoria Regional).
- 8. Em caso de aceitação da proposta e deferimento da arrematação, a partir da assinatura do auto pelo Juiz, será a arrematação considerada perfeita, acabada e irretratável (art. 903, do CPC).
- 9. Não sendo efetuados os depósitos, serão comunicados também os lances imediatamente anteriores, para que sejam submetidos à apreciação do juiz, na forma do art. 895, §§ 4º e 5º; art. 896, § 2º; arts. 897 e 898, sem prejuízo da invalidação de que trata o art. 903 do Código de Processo Civil. (art. 26 da Resolução CNJ n° 236/2016).
- 10. Fixo os honorários do leiloeiro em 5% (cinco por cento) do valor da arrematação, cujo pagamento incumbirá ao arrematante (art. 884 do CPC e Art. 7º da Resolução CNJ 236/2016), observando- se, quanto às despesas de remoção e depósito, o disposto no art. 238 do Provimento Geral da Corregedoria Regional.
- 11. Em caso de remição da dívida, deverá a executada efetuar o pagamento das despesas do leiloeiro, as custas judiciais e honorários advocatícios se houverem, nos termos do art. 826 do CPC.
- 12. Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação, o leiloeiro fará jus à comissão, nos moldes fixados, conforme art. 7º, da Resolução 236/2016 do CNJ.
- 13. O leilão somente será suspenso com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive despesas processuais e do leiloeiro.
- 14. Caso os executados não sejam encontrados ou cientificados, por qualquer razão, das datas do leilão quando da expedição da intimação respectiva, esta considerar-se-á feita por meio do próprio edital de leilão (art. 889, parágrafo único do CPC).
- 15. Certidão negativa de venda poderá ser requerida pela parte interessada, diretamente ao leiloeiro.

Curitiba, 21 de novembro de 2025.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE Leiloeiro Público Oficial